



GONÇALO MALHEIRO

Sócio da Pedro Pinto, Bessa Monteiro, Reis, Branco, Alexandre Jardim & Associados

NÃO BASTA LEGISLAR

O desenrolar de um processo judicial depende de outras variáveis (desde logo, a conduta processual de magistrados e advogados) que não apenas de uma nova lei processual civil e como errada é a percepção que basta legislar para resolver os problemas com que os cidadãos se deparam.

No início de 2015, ainda será cedo para um balanço completo e seguro sobre os méritos da entrada em vigor do Código de Processo Civil. Em todo o caso, se há algo que a prática nos demonstra é que existem processos que correram de forma célere e eficaz ao abrigo do anterior Código de Processo Civil e outros processos que, pelo contrário, não têm conhecido o mesmo feliz desfecho ao abrigo do novo Código. Sendo certo que também se podem dar muitos outros casos onde se verifica precisamente o contrário.

Este facto demonstra bem que o desenrolar de um processo judicial depende de outras variáveis (desde logo, a conduta processual de magistrados e advogados) que não apenas de uma nova lei processual civil e como errada é a percepção que basta legislar para resolver os problemas com que os cidadãos se deparam.

Por outro lado, o novo Código de Processo Civil esteve longe de representar uma revolução na prática processual (o que em si não é negativo), introduzindo, no entanto, algumas alterações importantes mas no essencial mantendo-se a mesma lógica e estrutura.

De positivo, pode-se adiantar, a título de exemplo, a alteração a nível da realização da audiência prévia, que permite uma primeira discussão efectiva do objecto do litígio e uma melhor gestão do processo, como é o caso do agendamento das sessões de julgamento e da prestação dos depoimentos que ali vão ser prestados.

Também de positivo, a possibilidade

“O novo Código de Processo Civil esteve longe de representar uma revolução na prática processual (o que em si não é negativo), introduzindo, no entanto, algumas alterações importantes mas no essencial mantendo-se a mesma lógica e estrutura”

de dada às partes (quantas vezes os únicos com conhecimento e participação direta nos factos) de requerem a prestação de declarações.

Igualmente de destacar a redução do número de articulados que levava muitas vezes a um prolongar da fase escrita do processo, consistindo numa repetição de argu-

mentos que não trazia quaisquer benefícios de concreto.

No mesmo intuito de simplificação, também se registou a eliminação de diferentes formas de processo, o que nos parecia injustificável e que determinava a aplicação de diferentes regras processuais, assim como, em outro nível, a possibilidade de aplicação de uma taxa sancionatória para uma atuação imprudente ou sem diligência a que a parte estava obrigada.

De negativo, a restrição na junção de documentos já em fase adiantadas do processo. É de crer que existiam outras soluções que evitariam adiamentos de audiências pela tardia junção de prova documental mas não nos parece correto, em tempos onde há tanta produção de documentos e correspondência escrita por via eletrónica, sacrificar a verdade material em nome de razões formais e indo contra aqueles que são os princípios que presidem ao novo Código.

Também por resolver continuam muitas das dificuldades relativas ao processo executivo, longo, ineficaz, com elevados custos. É manifesto que, aqui sim, seria necessária uma mudança mais profunda, o que não se antevê que possa acontecer a curto prazo. É possível que a recente introdução do designado procedimento extrajudicial pré-executivo possa dar um contributo para agilizar o processo mas os problemas são mais fundos e derivam muitas vezes da incapacidade e falta de meios dos agentes que operam na área executiva.

Em suma, deve-se evitar uma avaliação simplista e apressada, faz-

do notar onde pequenas alterações foram particularmente importantes e positivas mas também tendo em atenção que continuam a existir manifestas dificuldades e obstáculos a um processo eficaz, o que se deve não tanto ao mérito das regras processuais mas a outras razões, porventura mais difíceis de ultrapassar e que responsabilizam os governantes e também aqueles que fazem do seu trabalho a prática junto dos Tribunais, nomeadamente magistrados e advogados.

“Também por resolver continuam muitas das dificuldades relativas ao processo executivo, longo, ineficaz, com elevados custos. É manifesto que, aqui sim, seria necessária uma mudança mais profunda, o que não se antevê que possa acontecer a curto prazo”